

Notícias

Bancárias

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC



ANO XXIV - Nº 973

www.bancariosabc.org.br

FEVEREIRO 2018

Reforma trabalhista gera protestos no Santander e Itaú

Atividades atingiram vários estados do País; na região, aconteceram em todas as cidades, com esclarecimentos a bancários e população. Pg. 3



Diretores do Sindicato conversam com bancários e clientes nos bancos Santander (acima) e Itaú, durante atividade contra as novas leis trabalhistas



Assembleia abre processo eleitoral no Sindicato

Categoria elegeu comissão que será responsável por definir calendário e supervisionar o cumprimento das regras e prazos para garantir transparência à eleição. Pgs 2 e 4

Governo muda para pior as regras dos planos de saúde nos bancos públicos

Pg. 2

oooOooo

Previdência: votação pode ocorrer dia 19; CUT programa protestos

Pg. 2

oooOooo

Presidente do Sindicato faz balanço da gestão e fala sobre os novos desafios

Pg. 4

oooOooo

COMUNICAÇÃO + ÁGIL

Envie um WhatsApp para o Sindicato

[11] 99798-4732

e comece a receber informações no seu celular

BANCOS PÚBLICOS

União por direitos e democracia

Os bancários iniciam uma grande ofensiva para que os bancos respeitem o acordo coletivo de trabalho firmado por dois anos em 2016 (e que, portanto, tem validade até o próximo 31 de agosto) e não implantem a reforma trabalhista, tão prejudicial aos trabalhadores brasileiros. Os protestos já começaram e devem se intensificar, pois é preciso a garantia de direitos imediatamente.

No nosso Sindicato tem início um novo processo eleitoral, com a definição da comissão que supervisionará regras e prazos do pleito, que acontecerá em abril. É muito importante que todos os bancários acompanhem as etapas e confirmem sua transparência, fundamental para o exercício democrático.

Nesse ano, em especial, a união dos sindicatos combativos e dos trabalhadores que representam será decisiva para o enfrentamento ao governo golpista que tenta se manter no poder. Há muitos direitos sob risco, como se pode conferir no caso dos planos de saúde das empresas públicas federais, que passam por verdadeiro desmonte. Sem essa união o cenário é trágico para a sociedade, mas juntos podemos virar esse jogo!



Belmiro Moreira, presidente

Resoluções pioram planos de saúde nas empresas públicas

Há restrições a dependentes e aposentados, o custo aumenta e o mercado da saúde privada ganha



Uma análise jurídica das resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) publicadas no último dia 26 aponta que as mudanças nos planos de saúde nas estatais federais são prejudiciais aos trabalhadores e favorecem a saúde privada. Os estudos das três resoluções estão disponíveis no site do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas (www.comiteempresaspublicas.com.br).

A resolução 23, por exemplo, diminui a participação das empresas no custeio dos planos, aumenta a dos empregados e restringe o rol de dependentes, como o impedimento da filiação de pais aos planos, mesmo que dependentes econômicos. Na modalidade autogestão (caso dos empregados da Caixa e Banco do Brasil), as

novas regras estabelecem que as empresas deverão fechar seus planos para adesão de admitidos após a entrada em vigor da resolução; somente estarão autorizadas a oferecer aos novos empregados assistência à saúde na modalidade reembolso e os editais de processos seletivos não deverão prever o oferecimento desses benefícios.

Custeio - O custeio do benefício à saúde pela empresa também só será concedido durante a vigência do contrato de trabalho. Respeita-se o direito adquirido dos atuais aposentados e pensionistas filiados aos planos de saúde, mas os futuros não terão essa possibilidade. Ao se aposentar, esse trabalhador deverá passar à condição de autopatrocinado, com plano mantido exclusivamente por ele. A CGPAR também vai de encontro às negociações ao determinar que “as empresas estatais federais



que possuam o benefício de assistência à saúde previsto em Acordos Coletivos de Trabalho deverão tomar as providências necessárias para que, nas futuras negociações, a previsão constante no ACT se limite à garantia do benefício de assistência à saúde, sem previsão de qualquer detalhamento do mesmo”.

Haverá prazo de 48 meses para que todas as empresas migrem para um sistema paritário de contribuição aos planos de saúde, sendo 50%

para as empresas e 50% para os funcionários - atualmente a média é de 75% para as estatais e de 25% para seus empregados. As resoluções atingem trabalhadores empregados em 147 empresas públicas. “São mudanças extremamente negativas, que só poderiam vir de um governo golpista, pois são impostas sem qualquer negociação e retiram direitos conquistados com muita luta”, aponta o diretor sindical Otoni Lima, funcionário do BB.

PREVIDÊNCIA

Votação pode ocorrer dia 19; participe dos protestos

Governo joga pesado para obter votos dos parlamentares



O governo Temer não desiste de tentar enfiar goela abaixo dos trabalhadores a cruel Reforma da Previdência. Para conseguir os votos que precisa, tem apelado para especialistas do “mercado” (empresários pressionando parlamentares), uma campanha publicitária milionária e até o garoto-propaganda Sílvio Santos, que se prestou a fazer uma “sabatina”

ensaiada sobre o tema com o golpista.

Os movimentos sindical e social, porém, também não vão desistir de defender os direitos dos trabalhadores. Por isso, se a reforma trabalhista for mesmo votada em 19 de fevereiro, como está previsto, centenas de protestos vão tomar conta do Brasil. O presidente da CUT nacional, Vagner Frei-

tas, já avisou que grandes manifestações estão sendo preparadas caso a votação se concretize nessa data. Todos podem participar desses protestos, avisando desde já aos parlamentares que, se votarem a favor da reforma, estarão perdendo seus eleitores. Basta acessar o site www.napressao.org.br e mandar o recado, para um político específico ou para todos.

SE VOTAR NÃO VOLTA.
NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
NENHUM DIREITO A MENOS

Afinal, sem pressão o governo pode ganhar esse jogo, e quem perde é o trabalhador brasileiro.

REFORMA TRABALHISTA

Atividade nacional avisa: “Santander, respeite seus trabalhadores!”

Dia de luta, em 31 de janeiro, foi resposta a mudanças feitas com base na reforma trabalhista



Recado dos trabalhadores já foi dado

O Sindicato realizou na última quarta, 31 de janeiro, atividades em agências do Santander em todas as cidades do Grande ABC. O protesto marcou dia de luta dos trabalhadores do banco no País. Foi uma resposta às mudanças que a empresa vem promovendo de forma arbitrária, sem a participação de seus empregados ou representantes sindicais, e que têm como propósito a implantação das novas regras da reforma trabalhista.

Durante a atividade na região foi distribuída carta-aberta informando sobre as alterações no banco que, entre

outras coisas, instituiu o banco de horas semestral diretamente com os trabalhadores, sem a intervenção sindical (o que é inconstitucional) e o fracionamento de férias, além de alterar a data de pagamento dos salários. A íntegra da carta-aberta está disponível no site do Sindicato (www.bancariosabc.org.br).

Lucro - O Santander Brasil obteve lucro líquido de R\$ 2,757 bilhões no quarto trimestre de 2017 em termos gerenciais, o que exclui despesas com amortização de ágio e itens extraordinários. O montante representa uma alta de 38,4% em relação ao mes-

mo período do ano anterior. O presidente do Santander Brasil, Sérgio Rial, já revelou o grande interesse dos bancos privados na redução da função do Estado na economia a fim de aumentarem ainda mais seus lucros.

Ou seja: querem explorar seus empregados e apostam no desmonte dos bancos públicos, deixando claro o descaso com os brasileiros. “Os trabalhadores do Santander exigem respeito. Nosso acordo coletivo tem validade de dois anos, vai até a próxima data-base, e não pode ser ignorado”, destaca o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira.

Itaú: bancários não vão aceitar retirada de direitos

Protesto nacional aconteceu no dia 1º de fevereiro, seguindo orientação do Comando Nacional dos Bancários



Protesto nacional se espalhou pelo Grande ABC

Os trabalhadores do Itaú realizaram na quinta, 1º de fevereiro, manifestação nacional contra a implantação da reforma trabalhista pelo banco. As atividades também atingiram agências do Grande ABC, com distribuição do jornal Itaunido apontando os itens mais nocivos da reforma e lembrando da necessidade de mobilização imediata.

“Pelo acordo de dois anos, firmado em 2016, temos vários direitos garantidos até 31 de agosto de 2018, e nos antecipamos com as negociações para buscar evitar perdas. Mas com a nova lei trabalhista, se não assinarmos um novo acordo até o final da vigência da convenção

atual, podemos amanhecer no dia 1º de setembro sem nenhum direito garantido, desde férias contínuas de 30 dias, vale-refeição até PLR e todos os demais direitos que hoje temos”, explica o coordenador da COE do Itaú, Jair Alves.

A diretora sindical e funcionária do Itaú, Adma Gomes, destaca que é muito importante que todos os bancários se mobilizem nesse momento, pois outras instituições (como o Santander, por exemplo; leia matéria ao lado) já fazem alterações prejudiciais com base na reforma trabalhista. “Temos que nos mobilizar agora, ou todos os bancos vão retirar nossos direitos”, aponta.

CATEGORIA

Assembleia define comissão para eleições no Sindicato



Assembleia realizada da noite de quarta, 31, na sede social do Sindicato, definiu os componentes da comissão que irá supervisionar as eleições no Sindicato.

A comissão será formada por Vagner de Castro, ex-presidente da entidade; Neiva Maria Ribeiro Santos, do Sindicato dos Bancários de

São Paulo, e Valdir Machado de Oliveira, representando a Fetec SP (foto, a partir da esquerda).

Os três serão responsáveis por definir e fiscalizar o cumprimento das regras e prazos para a eleição, garantindo que o processo seja democrático e transparente. Todas as informações serão

divulgadas pelo Sindicato.

“É importante que os bancários acompanhem esse processo desde o início, se informando e indo às urnas, exercendo seu direito ao voto”, destaca o presidente da entidade, Belmiro Moreira.

Veja cobertura da assembleia na galeria de vídeos do site do Sindicato.

BALANÇO

Garantir direitos trabalhistas e democracia

O presidente do Sindicato, Belmiro Moreira, avalia a gestão que se encerra em junho desse ano e apresenta os principais desafios para o próximo triênio

Qual sua avaliação da gestão que se encerra neste ano?

Belmiro Moreira - Tivemos uma gestão atípica, marcada pelas mudanças políticas no nosso País. Iniciamos com o governo Dilma, quando fizemos a campanha nacional “Exploração não tem perdão” e obtivemos aumento real. Mas ainda naquele ano tivemos que nos mobilizar contra o impeachment da presidenta, que acabou acontecendo e mostrou a cara do atual Congresso Nacional, cuja maioria dos representantes está muito longe dos direitos dos trabalhadores. Os anos seguintes só vieram confirmar o golpe, com pautas-bombas retirando direitos de toda a sociedade brasileira. Foram aprovadas a terceirização indiscriminada e a reforma trabalhista, que já mostram suas consequências com a precarização das relações de trabalho, além das chamadas reestruturações nos bancos públicos. Muitas conquistas nossas, resultantes de décadas de lutas, estão ameaçadas. No entanto, quero destacar que, do ponto de vista da gestão, foram anos produtivos, de grande aproximação com a categoria na região, que se fez presente nas greves nacionais e paralisações específicas por banco. Os bancários também mostraram sua coragem fazendo a primeira greve do governo Temer. E conseguimos estabelecer um importante diálogo com os bancários do ABC, com forte receptividade.

Que conquistas poderiam ser destacadas no período?

Belmiro - Considero uma conquista importante o acordo coletivo que firmamos por dois anos, pois, com a mudança na legislação trabalhista,

temos certas garantias que só expiram na próxima data-base, em setembro. Além das cláusulas econômicas, também passou a vigorar a licença paternidade de 20 dias, o que sem dúvida é uma condição muito melhor para o bancário, e pudemos formalizar a ideia de criação dos centros de realocação de pessoal. Diante do avanço da tecnologia, esses centros são fundamentais para minimizar o desemprego no setor. Ampliamos ainda nossas campanhas contra as privatizações, já que o governo golpista declarou a intenção de privatizar o que for possível. Lançamos no ABC a campanha “Se é público, é para todos”, em defesa dos bancos e demais empresas estatais. Ainda na região, tivemos conquistas jurídicas de peso, como a ação do vale-transporte no Bradesco; fizemos importantes parcerias com instituições como o Cerest, na área da Saúde, por melhores condições de trabalho e contra o assédio moral; com universidades, como a USCS (realização de seminário - semana financeira) e com o centro de memória da região, abrindo nosso espaço para promoção de debates históricos e atualidades. Tivemos lançamentos de livros, espetáculos, shows, esportes, atividades em defesa dos direitos das mulheres, e investimos na oferta de cursos para o bancário, ministrados em nosso centro de formação. Também nos envolvemos em questões sociais importantíssimas, com o direito à moradia, ressaltando nosso compromisso de Sindicato-cidadão, voltado a todas as questões relacionadas à cidadania do povo brasileiro.

E os desafios para a próxima gestão?

Belmiro - Serão muitos, e enormes. A conjuntura política e econômica não é favorável. Teremos que manter nossos direitos e impedir que outros sejam retirados, e certamente haverá menos negociação com os trabalhadores e mais repressão aos movimentos reivindicatórios. O primeiro desafio já está colocado, é impedir a aprovação da reforma da Previdência. Mas há muitos outros, tanto para os empregados dos bancos públicos quanto dos privados. Vamos dar continuidade à luta pela manutenção do emprego, mas também insistir para que esse emprego tenha qualidade, que respeite a dignidade do trabalhador. Ainda nesse ano teremos



Belmiro, presidente do Sindicato: “Temos que sair do golpe para um governo legítimo e favorável à classe trabalhadora, para que possamos avançar e conquistar”

um momento que vai exigir dos brasileiros uma profunda reflexão sobre os destinos do País, com as eleições. A democracia brasileira existe e deve ter continuidade, por isso participar é vital. Todos devem ter em mente que é preciso eleger representantes com-

prometidos com o povo, com os trabalhadores, e não com empresários, fazendeiros, banqueiros... Temos que sair do golpe para um governo legítimo – legítimo e favorável à classe trabalhadora, para que possamos avançar e conquistar mais, e não o contrário.



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DO GRANDE ABC

AVISO RESUMIDO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

A Comissão Eleitoral do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DO RAMO FINANCEIRO DO GRANDE ABC, eleita em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de Janeiro de 2018, no uso de seus poderes e atribuições, faz saber a todos os associados, por meio deste AVISO RESUMIDO, que fica convocada eleições para os órgãos diretores da entidade nos seguintes termos: **1)** As eleições para Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Diretores do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC, com base territorial nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, para o triênio 2018/2021, será realizada nas seguintes datas: 17, 18 e 19 de Abril de 2018 (primeira votação), sendo os votos colhidos nos locais de trabalho, com urnas fixas e itinerantes, com horário mínimo de 06 horas contínuas em cada dia de votação, iniciada a partir das 08:00 horas do primeiro dia e finalizada às 18:00 horas do terceiro dia das eleições; os votos dos associados aposentados, licenciados e eleitores em trânsito poderão ser colhidos em urna localizada na sede, no horário das 09:00 às 18:00 horas. Havendo quorum de mais de 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto, será eleita a chapa que obtiver na primeira votação mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos, caso nenhuma das chapas atinja este percentual, será realizado o segundo turno nos dias 07, 08 e 09 de Maio de 2018, apenas com as duas chapas mais votadas, obedecendo aos mesmos critérios de coleta de votos da primeira votação, sendo eleita a chapa que obtiver o maior número de votos. Na hipótese de ocorrer anulação de urna e o número de votos for superior à diferença entre as duas chapas mais votadas e/ou caso haja empate entre as chapas mais votadas, haverá novas eleições no prazo de 15 (quinze) dias, obedecendo aos mesmos critérios de coleta de votos da primeira eleição, observando que a coleta dos votos será em três dias, sendo proclamada vencedora a chapa que obtiver maior número de votos. Inexistindo quorum suficiente, a comissão promoverá novas eleições nos termos do edital. **2)** O prazo para o registro das chapas será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste aviso resumido do edital, junto a Comissão Eleitoral, na Secretaria Geral do Sindicato, localizada na Rua: Coronel Francisco Amaro, 87, Casa Branca, Santo André, SP, das 09:00 às 17:00 horas. **3)** O edital de convocação das eleições se encontra afixado na sede do sindicato, na página eletrônica do sindicato e nos principais locais de trabalho, onde os interessados poderão se inteirar das regras das eleições. Santo André, 05 de Fevereiro de 2018. **Comissão Eleitoral: Neiva Maria Ribeiro dos Santos, Vagner de Castro e Valdir Machado de Oliveira.**